

PRON. N.º	3167/81
PL. N.º	10
RES. N.º	Melero

RELATÓRIO DE VIAGEM ÀS ÁREAS NAMBIKWARA DO VALE DO RIO GUAPORÉ - MT

CEDI - P. I. B.
DATA 03, 09, 86
COD. NAD 33

I - INTRODUÇÃO:

O presente relatório trata da viagem realizada no período de 13.07 a 04.08.81, em cumprimento às determinações da Portaria nº 357/P, de 09 de julho de 1981, e I.T.E. nº 062/DGPI, de 08 de julho de 1981, que teve por objetivo a definição das áreas Nambikwara da região do Vale do rio Guaporé, Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, e Município de Pontes e Lacerda - MT.

A) IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO INDÍGENA

David Price, em seu trabalho "Projeto para a Normalização da Situação Nambikwara", FUNAI - 1975, classifica os Nambikwara através de critérios linguísticos. Assim, diz que os grupos da região que falam língua, cujo vocabulário partilha de uma percentagem razoável de radicais são da "Família Linguística Nambikwara". Esta família se divide em três línguas, e cada uma delas tem vários dialetos regionais. Distingue assim três grupamentos principais de Nambikwara: os do campo, os do Vale do Rio Guaporé e os do Norte. Além de diferenças linguísticas, existem as de ordem cultural e ecológica, e cada um dos grupamentos envolve vários bandos que são unificados pela língua, semelhanças culturais, laços sociais de intercassamento, e trocas econômicas.

Os Nambikwara do Vale do Rio Guaporé, são também denominados Manairisu (homens que vivem nas matas) e compreendem os grupos:

- 1) Nahautesu que corresponde a remanescentes Aikatesu, Nantesu, Yotdunsu e Qwalisatesu.
- 2) Alantesu que equivale a sobreviventes Erihitaunsu e Alantesu propriamente dito.
- 3) Wasusu.
- 4) Waikou/Alakatesu.
- 5) Katitauru (Sararé), que são os remanescentes Qwalitsu, Kaluhwaisu, Waihlatsu e Katitauru.

Os mesmos se auto-identificam pelo seu respectivo grupo de origem, considerando Nambikwara, somente os do campo (Reserva Indígena Nambikwara).

B) LOCALIZAÇÃO DAS ALDEIAS, SEDE DO PI E MISSÕES

Os Manairisu se encontram localizados na região do vale do rio Guaporé, compreendida entre o rio Piolho e o rio Sararé, estando suas aldeias atuais nas proximidades de rios formadores do Guaporé.

1 - HAHAINTESU

Estão distribuídos em duas aldeias: Manairisu, próxima ao córrego Corgão, e aldeia Campo do Bolinha, que fica a aproximadamente 10 Km da sede da agropecuária Vale do Guaporé, em meio às pastagens ali existentes.

2 - WAIKSU/ALAKATESU

Vivem nas proximidades do córrego Quatro Pontes e Cabeceiras do córrego Fundo, na aldeia do Râmão, e aldeia Alakatesu, que se localiza em um reduto de matas deixado pela fazenda São Domingos.

3 - ALANTESU

A aldeia Alantesu está situada à margem direita do córrego Fundo.

4 - WASUSU

Habitam nas proximidades de córregos formadores do ribeirão Papagaio.

5 - KATITAUULU (SARARÉ)

Se distribuem em três aldeias: Sararé, às margens do rio Sararé; aldeia do Capitão Américo, próxima à pista de pouso, e aldeia Atoleiro, que fica nas proximidades do córrego do mesmo nome.

O atendimento por parte da FUNAI na área, é feito em caráter volante, através do técnico indigenista Silbenc de Almeida, e duas atendentes de enfermagem. A Sede do PI Manairisu, fica na área Hahaintesu, e os Wasusu e Alantesu possuem enfermarias que foram construídas no final de 1980.

Quanto à atuação de Missões, os Katitaurulu (Saráré) contam com a assistência esporádica prestada pela Missão Cristã Brasileira, sede na cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade.

C) VIAS DE ACESSO À ÁREA E EXECUÇÃO DO TRABALHO

O acesso à área é feito através da BR-364 e vias secundárias que recortam todo o vale do rio Guaporé, ou via aérea, utilizando-se a pista de pouso da área Katitauru (Saraçé), ou outras existentes em sedes de fazendas.

O trabalho de campo foi executado durante um período de 23 dias (13.07 a 04.08.81), quando foi feita a identificação do território dos vários grupos, através do percurso de suas respectivas áreas, e obtenção de informações pertinentes.

II - HISTÓRICO

A) HABITAT IMEMORIAL NAMBIKWARA

Os Nambikwara foram conhecidos como "Cabixis" até início do presente século, tendo mantido vários contatos com elementos da sociedade nacional, desde o século XVIII.

Os primeiros contatos foram por volta de 1731, com a descoberta de ouro na região entre a Chapada dos Parecis e o rio Guaporé. A região recebeu o nome de "Minas do Mato Grosso", e aí surgiram três arraiais mineiros: São Francisco Xavier, Santana e Pilar, que se localizavam entre os rios Saraçé e Galera.

Em 1748, foi criada a capitania de Mato Grosso, sendo sua capital fundada em 1752 com o nome de "Vila Bela", à margem direita do rio Guaporé, e que passou a se chamar "Mato Grosso" após a transferência da capital para Cuiabá.

Uma das primeiras referências aos Índios dessa região, foi feita pelo bandeirante Antônio Pires de Campos, que em 1723 percorreu as nascentes dos formadores do rio Juruena, mencionando os Índios Caviis moradores nos vales dos rios que correm para o Guaporé. Sobre tais observações, Roquette Pinto em seu livro "Rondônia" - pg. 31, faz o seguinte comentário:

..." Parece-nos fora de dúvida que tais Caviis sejam os Kabixis, que se podem identificar a um certo grupo de Índios da Serra do Norte (Nambikwara - Uaindzil ou Uaintaçu), que desce pelo Vale do Guaporé, até a antiga Vila Bela (Mato Grosso), de onde jamais se aproxima sem o ânimo hostil".

Mantiveram contatos também com escravos foragidos que se refugiavam na área do Guaporé, tendo sido criado o Quilombo Aldeia

Carlota, próximo ao rio Piolho. No arquivo do Instituto Histórico (correspondência do governador de Mato Grosso, 1777 - 1805, Códice 246, pg. 165), existe documentação sobre os escravos, quilombos, a presença indígena e as bandeiras :

"... Vendo eu que além da decadência actual das minas de Matto Grosso, experimentam os mineiros, e mais moradores desta capitania a perda, e danno da fuga de muitos escravos que tranquilamente existiam aquilombados na escarpa extensa a Serra dos Parecis, derramados pelos terrenos de que nascem os rios Piolho, Galera, Sararé, Pindaituba e outros, segundo huma constante notícia".

"... E repetidas fugas de muitos escravos que hiam aquilombar nas vizinhanças do Guaporé, eram objectos que exigiam o promptissimo remédio da formação de huma Bandeira que explorasse aquellos certões".

"... E certificando o Commandante a mais pessoal d'aquella Bandeira, da bondade e grande produção das terras, sitas aonde se achou o quilombo do Piolho e seus contornos, habitados na maior parte pelos Índios".

"... Me deliberei a mandar todos os ditos caborés, para o mesmo lugar em que foram apreendidos, que ficará a trinta e tantas léguas a Norte desta Villa Bella, dando-lhes a ordem e auxílio para formarem huma aldeia, que se ficará chamando Aldeia Carlota".

Em descrição geográfica da capitania de Mato Grosso : 1797, publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, Vol.6 pág. 156-196, e Vol. 20, pg. 185-292, Ricardo Franco de Almeida Serra, faz entre outras citações sobre o habitat Nambikwara: "Cabixis, nação que transita os campos dos Parecis, vivem nas cabeceiras e matas dos rios Guaporé, Sararé, Galera, Piolho e Branco".

Até 1909, além do nome Nambikwara, pouco se conhecia sobre os mesmos. As poucas referências existentes até então, foram feitas por Chandless em 1862, Barbosa Rodrigues em 1875, Pimenta Bueno em 1880, Karl Von den Steinen em 1888, bondreau em 1897, Koch-Grunberg em 1902, Clements Markam em 1910, e ainda Comissão Rondon, Max Schmidt em 1910.

Em 1912, Roquette Pinto descreve os limites da região Nambikwara:

"O limite meridional da região dos Nambikwara é o rio Papagaio. Ao Norte parece que sua zona de distribuição atinge o GI Paraná, a Leste o Tapajós, a Oeste o Guaporé". "Os Uaintaçu vivem a sudoeste da

invernada de Campos Novos e descem até o Guaporé São esses Uaitaçu ou Uaindizê, os mesmos que, nas vizinhanças de Mato Grosso, no Guaporé, recebem o nome de Cabixis".

Em fins do século XIX, começo deste, por volta de 1914, iniciou-se a fase dos contatos com os poaieiros, que exploraram a poaia existente entre a Chapada dos Parecis e o Vale do Guaporé. Posteriormente vieram os seringueiros que efetuaram vários massacres entre os Índios da região.

Em "Índios do Brasil" - 1949 - pg. 95, José de Figueiredo Lima cita o Habitat Nambikwara: " Na Serra do Norte, onde o Estado do Mato Grosso se acaba, campeiam os Nambikwaras. Foram pela primeira vez encontrados no Chapadão do Jatí, justamente no local onde se acha a estação telegráfica do Juruena. Esses indígenas algumas vezes atacaram a residência de verão dos Capitães Gerais, a capital de ouro - Mato Grosso - e desde esse tempo receberam o nome de Cabixis. Com essa denominação existe um rio, afluente do Guaporé, onde residem alguns Nhambiquaras".

Kaervo Oberg - Indian Tribes of Northern Mato Grosso - pg. 85-86 - 1953, descreve a região Nambikwara: "Os Nambikwara, em seu todo ocupam um território limitado a oeste pelo rio Papagaio e a Leste pelas cabeceiras do rio Roosevelt e rio Pimenta Bueno. Ao Sul eles se espalham até as cabeceiras do rio Juruena e do rio Cabixi. Ao Norte são levantadas por uma linha que vai mais ou menos da latitude 12° 30', no rio Papagaio, até a latitude 11°, no rio Roosevelt".

Em 1968, Paul David Price e Cecil E. Cook, Jr. - The Present Situation of the Nambikwara, é descrito o território Nambikwara como sendo limitado a leste pelo rio Guaporé, ao sul próxima à cidade de Vila Bela, ao Norte com o Grupo Indígena Cinta Larga, a Oeste os grupos: Erikpaktsá, Irantxe e Paresi. (ver mapa anexo).

A extensão do território tradicional dos Nambikwara era cerca de 5.500.000 ha. Suas terras eram caracterizadas por dois tipos de vegetação: floresta e campo. Na região do vale do rio Guaporé, predominava a mata contendo manchas ocasionais de cerrado, e no restante da região Nambikwara, existia a Savana.

B) ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL NAMBIKWARA

Kaervo Oberg - Indian Tribes of Northern Mato Grosso 1953 - pg. 82 a 104, classifica os Nambikwara como caçadores e extra

PROC. N.º	3167/21
M.	15
INDICIA	Alena

ativistas nômades, uma vez que praticam uma agricultura móvel, dependendo de forma extensa da fauna e da flora da região.

Cada um dos sub-grupos têm uma área definida para caçar, pescar, coletar e plantar. Esses territórios incluem pelo menos um trecho de um rio e a mata que circunda suas margens. A não ser durante o período de plantio e colheita, os membros de cada sub-grupo estão sempre movimentando dentro dos limites de sua área.

A economia Nambikwara determina limites máximos e mínimos para o número de componentes de um sub-grupo. Se esse número aumentar em excesso para uma área, ocorrerá uma divisão, ou se diminuir a ponto de comprometer a segurança econômica e possibilidades de alimentos, ocorrerá uma união com outro sub-grupo.

Quando o solo em torno da aldeia se exaure, abandonam o local construindo novas moradias. A unidade produtora é a família extensa, sendo a caçada praticada por homens, que são chefiados por um caçador mais experiente. A agricultura representa papel de pouca importância em relação aos recursos não cultivados. Cultivam principalmente a mandioca, batata doce, araruta, cará, milho, feijão e amendoim.

Os equipamentos Nambikwara são extremamente simples: pilão para moer alimento, pequeno ralador, vasilhas feitas com caboças, arcos, flechas e balaios. Hoje tem facões e machados de aço, alguns fuzis e algumas enxadas. (1949). Um dos seus principais instrumentos é o arco feito de piuva ou siriva. A corda do arco é feita de fibra de tucum. A base das flechas é a haste sem nós, que é feita de taquara, e implumadas geralmente com penas de arara. Tem a flecha para abater macacos e aves de grande porte, flecha para aves de pequeno porte, e flecha para caça de grande porte, que era também usada para guerra. Produzem grande variedades de ornamentos com sementes de tucum, conchas, dentes e bambu. O colar mais comum é feito de argolas de tucum e é usado por homens, mulheres e crianças.

O relacionamento entre os diferentes grupos, se caracteriza por casamento intergrupar, comércio, cerimônias conjuntas, rapto de mulheres e conflitos armado. O casamento intergrupar ocorre quando não há primos para casarem dentro do grupo. Trocam cera, ornamentos de penas, contas, arcos e flechas. As relações intergrupais, embora caracterizadas por tensões e conflitos abertos e periódicos.

PNCA N.º	3167/81
M.º	16
INDÍGENA	Milena

baseiam-se no reconhecimento da origem comum, linguagem comum, e um grau de intercambio através de comércio, casamentos e visitas.

A organização interna do grupo é baseada no parentesco e perpetuado através de casamentos de primos entre si. Os poderes do chefe limitam-se a liderança em atividades de caça, agricultura, comércio e cerimônias. O mesmo não tem poder de coação. As malocas, os campos e algumas ferramentas são propriedades comuns e a comida é dividida entre todos os membros do grupo.

Os espíritos são a fonte de todos os perigos, infelicidades, doenças e mortes. Os pajês de um grupo praticam feitiços contra indivíduos pertencentes a outros grupos. O cadáver é enterrado na aldeia ou arredores do acampamento, e depois o espírito se dirige à montanha sagrada, onde vivem todos os espíritos. Os Nambikwara não temem os espíritos e gostam que eles participem de suas cerimônias.

C. Levi - Strauss em Tristes Trópicos - 1955, pg. 303 a 378, diz que o ano Nambikwara se divide em dois períodos distintos: durante a estação chuvosa se dedicam a atividade agrícola e na estação seca, cada grupo se divide em vários bandos nômades, que saem pelas savanas à procura de caça e frutos.

Os Nambikwara dormem no chão e nus. Como as noites da estação seca são frias, aquecem-se, apertando-se uns contra os outros ou aproximam-se das fogueiras. Por essa razão os Parecis designa-os de "Uaikoakoré" "aqueles que dormem mesmo no chão".

A estrutura social Nambikwara está num estado fluido. O bando forma-se e desorganiza-se aumenta e desaparece. Do ponto de vista econômico, a pobreza dos recursos naturais, e a grande superfície necessária para alimentar os indivíduos, tornam obrigatória a dispersão em pequenos grupos. A confusão dos nomes dos sub-grupos, surgiu muito provavelmente com as mudanças ocorridas na organização tribal no último meio século. Há 50 anos atrás os Nambikwara eram muito mais numerosos, sendo o número de grupos e sub-grupos bem maiores que o número atual.

C) CONTATO INTERÉTNICO E POLÍTICA INDIGENISTA

1 - PRIMEIROS CONTATOS E AÇÃO INDIGENISTA

"Em Política Indigenista e Política Indígena entre os Nambiquara" - Boletim Informativo nº 15/16, Funai - pg. 49 a 58, Paul

PHIA	3162/81
MS	17
FEI	<i>[assinatura]</i>

David Price analisa o fracasso da ação indigenista, levada a efeito entre Nambikwara desde o século XVIII:

As primeiras conseqüências do contato entre Nambikwara e elementos nacionais, foram caracterizados em 1740, pelo Frei José dos Anjos: " O destrago e mortandade que os sertanejos (faziam) aos Índios; porque entrando (para) conquistá-los, (matavam) aos velhos, trazendo incorrentados aos moços, para os venderem; como captivos aos mulatos e pretos, e estes os (compravam) e se (serviam) deles ..." O mesmo procurou aldeá-los juntamente com outras tribos, nos campos dos Parecis, e procurou fundar uma missão, não conseguindo a autorização solicitada.

Durante o século XVIII, houveram tentativas por parte de portugueses, em aldear e ensinar técnicas agrícolas sedentárias aos Índios das margens do rio Guaporé, para terem reserva de alimentos para os soldados de fortes e destacamentos que se encontravam ao longo do rio. Em 1781 estabeleceram uma colônia de Índios no córrego da Bulha, afluente do rio Sararé, durando a mesma até 1783 quando o despotismo do diretor levou os Índios a incendiarem a aldeia, e eliminaram 7 brancos aldeados.

A Diretoria dos Índios na Província de Mato Grosso, decidiu pela criação de uma aldeia para os Nambikwara, que ficaria próximo ao arraial São Vicente, para proteger o povoado das hostilidades indígenas. A mesma não foi criada, e a partir de 1848, quando os Índios matam algumas pessoas no Arraial do Pilar, é decidido o envio de uma Bandeira para castigá-los.

Em 1852, a Diretoria dos Índios, funda a Aldeia Santa Inez, entre o rio Sararé e rio Galera, povoando-a com Índios Guaraio. O objetivo era demonstrar aos Nambikwara, as vantagens de morar em aldeia. O último sobrevivente Guaraio, morreu em 1929, flechado pelos Nambikwara.

Em 1872, há notícias de que os Nambikwara teriam sido temporariamente contidos pelo medo de bandeiras que às vezes eram expedidas contra eles.

Em 1907, os Nambikwara entram em contato com os membros da Expedição Rondon que construíam a linha telegráfica entre Cristóvão e Porto Velho.

Em 1919 o SPI instala o posto para atrair os Nambikwara do Sararé, em Pontes e Lacerda. O posto foi transferido para a

3167/81
18
Mullina

foz do Sararé em 1921, sendo extinto oito anos depois, sem conseguir contato pacífico com os índios.

Entre outros Nambikwara foram fundados outros postos pelo SPI: em 1925 é criado o posto Urutau, onde a linha telegráfica atravessava o rio Juina. Em 1931 o mesmo deixa de existir, sendo reconstituído em 1942 no córrego Espirro, a 15 Km de Vilhena, com o nome de Posto Indígena Pyrineus de Souza.

As primeiras tentativas de aldear os Nambikwara, não tiveram êxito porque os mesmos são dispersos, vivendo em pequenas aldeias temporárias, em razão de seu sistema adaptativo e organização sócio-política, que se caracteriza pela formação de facções, conflitos, partições e deslocamentos das mesmas.

Os contatos entre Nambikwara e sociedade envolvente, até proximidades de 1960 (escravos foragidos, exploradores de ouro, poaieiros e seringueiros) deixou aos índios, um saldo de exploração, escravização, contágio de doenças e massacres. A partir de 1960, com a construção da BR-364 que liga Cuiabá a Porto Velho, é que foi efetivada a maior invasão do território Nambikwara do Vale do rio Guaporé. Esta estrada possibilitou a penetração às terras férteis do vale do Guaporé por grandes empresas, que realizaram extensos desmatamentos para exploração de madeira e implantação de pastagens para desenvolver a pecuária.

Para esses empreendimentos capitalistas, foi utilizada uma tecnologia moderna e grande número de trabalhadores, levando a uma rápida transformação do ecossistema. Para a pecuária extensiva e extração da madeira, foram desmatados rapidamente grandes extensões, empregando-se milhares de peões e produtos químicos desfolhantes, que tornou impraticável o tipo de agricultura do grupo, nas áreas onde atuaram. O valor dos investimentos feitos no vale do Guaporé, podem ser avaliados pelas benfeitorias que foram implantadas: Serrarias, campos de aviação, escritórios, residências, casas de empregados, vendas, pensões, currais, extensas pastagens e numerosíssimo rebanho. A exploração do território Nambikwara, por empresas agropecuárias e madeireiras, trouxe aos índios a desestruturação de seu ecossistema, redução de seus recursos de fauna e flora, poluição de fontes de água, destruição de roças por rebanhos, contágio de doenças, subnutrição, redução populacional, e comprometimento de sua própria sobrevivência.

PROG. N.º	3169/81
M.S.	19
POSTO	Milena

2 - FUNAI E TERRITÓRIO NAMBIKWARA

1 - Em 08 de outubro de 1968, é criada a Reserva Indígena Nambikwara através do Decreto nº 63.368. A mesma abrigava cerca de 15% da população Nambikwara existente àquela época, que viviam em duas aldeias: Camararé e Serra Azul. O objetivo desta área reservada, era a transferência para a mesma, dos Nambikwara localizados nas terras férteis do vale do rio Guaporé. Simultaneamente à criação desta Reserva, iniciou-se o processo de emissão de certidões negativas pela Funai, às empresas madeireiras e agropecuárias que se estabeleceram na região do Guaporé.

2 - Em 28 de novembro de 1973, pelo Decreto nº 73.221, é ampliada a Reserva Indígena Nambikwara, levando o seu limite oeste, até o rio 12 de Outubro. Em quase um ano de tentativas de transferências, não é conseguido o objetivo, porque os dois grupos que haviam concordado com a mudança, os Alantesu e Wasusu, retornam às suas áreas originais, após constatada a inadequação das terras da Reserva para o cultivo de milho, sua alimentação básica.

3 - Em 05 de setembro de 1974, a FUNAI expede o Decreto nº 74.515, interditando para efeito de atração, a região entre os rios Galera, Sararé e Guaporé. A área apresentava condições ecológicas para abrigar os grupos indígenas do Vale, e apesar de titulada, não havia presença civilizada.

4 - Em projeto apresentado pelo Antropólogo Paul David Price, que fora contratado pela FUNAI, para propor soluções para o problema Nambikwara, é apresentado em 22.10.75:

- Mudança dos grupos do Norte para Reserva antiga.
- Mudança dos grupos do Sul e campo, para a área interditada que deveria se transformar em reserva. A transferência era prevista para o período de 1976 a 1982. Consegue levar para a Área Interditada os grupos Hahaintesu e Waiksu. Os Hahaintesu foram mudados no final de 1974, lá permanecendo durante quatro meses. Retornam após desentendimento com os grupos do Sararé, e por não terem encontrado a areia branca suficiente que preferem para dormir. Os Waiksu foram transferidos em janeiro de 1975. Morrem quatro pessoas com a malária, e se deslocam até à cidade de Vila Bela, onde permanecem cerca de um ano. Durante este período, realizam-se casamentos entre Sararé e Waiksu, e estes retornam ao Sararé, e aos poucos, iniciam o trajeto de volta

PROC N°	3167/81
M.S.	20
INDICADA	Milena

à área tradicional, a partir de 1976.

5 - Em Outubro de 1975, O Conselho Indigenista da Funai, aprova duas resoluções:

- Criar Reserva na Área Interditada.
- Paralisar o desenvolvimento das fazendas onde existissem índios.

6 - O Antropólogo Pedro Agostinho da Silva (UFBA), contratado pela Funai para avaliar o Projeto Nambikwara, faz entre outras recomendações, em seu relatório de 04.12.75:

- Não alterar a Reserva velha.
- Prosseguir na tentativa de levar para a Reserva velha, os índios do Norte.
- Criar Reserva nova na Área Interditada.
- Realizar programas anti-malária no vale.
- Criar Reserva Hahaintesu no vale.

Tanto as medidas apresentadas pelo Conselho Indigenista, quanto as do Antropólogo Pedro Agostinho, não foram adotadas pela FUNAI.

7 - Em 1976, o Antropólogo Noraldino Vieira Cruvinel se desloca até o vale do rio Guaporê, com a finalidade de propor alternativas para solução do problema terra dos Nambikwara. O mesmo apresenta 6 alternativas, e as numera de acordo com que as primeiras seriam as mais adequadas aos grupos. A alternativa escolhida pela Funai, foi a de número cinco, que previa pequenas áreas independentes para Wasusu, Alantesu e Hahaintesu, e o abandono de grande parte da Área Interditada.

8 - Como resultado da escolha da alternativa nº 05 apresentada por Noraldino, a Funai desinterdita parte da área do Sararé, através do Decreto nº 79.095 de 05 de Janeiro de 1977.

9 - Em novembro de 1977, é constituído um grupo de trabalho para definir a área do Sararé. Os mesmos não tiveram acesso a estudos realizados, sob o pretexto de não serem influenciados. O resultado foi a proposta de nova diminuição da área Sararé, não tendo sido a mesma homologada.

10 - Em 1978, a Funai promove a reavaliação das áreas delimitadas em 1976, constituindo um novo grupo de trabalho. São feitas algumas alterações nas pequenas áreas propostas, em 1976, para adequar-se a situação de ocupação do vale pelas fazendas. Não é proposta área para os Waiksu, Alakatesu por falta de material cartográfico adequado. É reafirmado que as áreas propostas não atenderiam à

PRON. N.º	3167/81
P.L.S.	21
PUBLICA	<i>Nelson</i>

preservação da cultura dos grupos, mas apenas garantia sua sobrevivência física.

11 - Em fins de 1978, as pequenas áreas independentes são levadas a licitação para sua demarcação (Edital de Concorrência Pública nº 002/78 de 14.11.78).

Por época da demarcação, a área Mahaintesu é modificada por incorporação dos grupos COPAP, CONGUAPE e CONFAP, ficando com uma área aproximada de 22.250 ha.

Na área Alantesu, sua demarcação é suspensa pela agropecuária Estrela do Guaporé, sendo necessário mais um sub-grupo de trabalho para realizar negociações. A mesma ficou com uma área aproximada de 10.810 ha.

A área Wasusu é também pressionada por fazendeiros, sendo sua extensão, 14.250 ha.

Em 1979 é instituído uma outra equipe para reestudar as áreas Nambikwara. É proposto uma área para os grupos do Sararé, e uma área contínua para os grupos: Mahaintesu, Alantesu, Waiksu/Alakate e Wasusu. O relatório antropológico não é apresentado, permanecendo os Nambikwara do vale do Guaporé, com as diminutas áreas demarcadas.

1 - O PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA

Com a ocupação da região do vale do rio Guaporé por empresas agropecuárias, medidas foram tomadas pela FUNAI, visando a remoção dos grupos indígenas da área. Para tanto, é criada a Reserva Indígena Nambikwara em 1968, a qual é ampliada em 1973.

Para tal área, foram transferidos os grupos Alantesu e Wasusu que aí permanecem poucos meses, por não se adaptarem a uma região ecologicamente distinta, e a um convívio com outros grupos, os quais se diferenciavam em cultura. Como são adaptados a uma região onde predominam matas, existindo pequenos trechos de cerrado, não poderiam encontrar as condições necessárias na área reservada, a qual que a mesma é caracterizada por campos.

Com o fracasso dessas tentativas de transferir os grupos do vale do Guaporé para a Área Reservada, é interdita uma rodovia entre os rios Sararé, Galera e Guaporé, em 1974. Acreditava-se que a adaptação seria resolvida, porque a área apresenta-

PROCA N°	3164/81
M.S.	JJ
EXE	J. Williams

va condições ecológicas similares ao seu território tradicional. Para aí, são removidos os grupos Hahaintesu e Waikau no início de 1975. Os Hahaintesu se desentendem com o grupo do Sararé por causa de mulheres morrem algumas pessoas quando penetram para o interior da área, consomem roças dos Katitauru, e retornam após quatro meses à área de origem. Os Waikau permanecem pouco mais de um ano, entre Sararé e a cidade de Vila Bela, por haverem contraído a malária, realizam casamentos entre os dois grupos, e a partir de 1976, voltam dispersos ao habitat tradicional.

Além do problema de adaptação ecológica dos grupos Nambikwara que foram removidos, aspectos de sua cultura, não foram devidamente considerados. O faccionalismo é generalizado entre os Nambikwara, sendo cada dos grupos basicamente hostis, o que em muito dificulta o seu deslocamento para áreas pertencentes a grupos distintos. Aspectos religiosos também são fatores impeditivos no processo de adaptação a áreas estranhas. Cada grupo possui as cavernas específicas onde moram os espíritos de seus ancestrais, e onde encaminham os espíritos dos mortos. Não costumam enterrar um cadáver, em área que não seja tradicional, porque o espírito partilharia uma vida pós - morte com espíritos desconhecidos.

Assim, para o deslocamento dos Nambikwara do vale do rio Guaporê, não foram devidamente consideradas as diferenças de caráter adaptativo, diferenças de ordem cultural e crenças religiosas. Contrariou ainda, as disposições contidas no Artigo 20 da Lei nº 6.001, e Art. 12 do Decreto nº 58.824, de 14 de julho de 1966, que promulga a Convenção nº 107 sobre populações indígenas, uma vez que o desenvolvimento e a segurança nacional não estavam comprometidos.

4 - PEQUENAS ÁREAS DEMARCADAS

A demarcação das pequenas áreas para os Manairisu, leva em efeito pela FUNAI em 1978 (Edital de Concorrência Pública nº 002/78 - FUNAI, de 14.11.78), desconsiderou totalmente os padrões culturais do grupo, sua adaptação ecológica e a legislação vigente a respeito de comunidades indígenas. Limitando seu território às proximidades da aldeia, foram excluídas áreas indispensáveis à sua subsistência, onde exercem as atividades de caça, pesca, e coleta, contrariando o Art. 23, do Estatuto do Índio:

MINISTÉRIO DO INTERIO
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍndIO - FUNAI

3167/8
23
P. L. S. P. L. S. P. L. S.

" Considera-se posse do Índio ou silvícola, a ocupação efetiva d terra, que, de acordo com os usos, costumes e tradições tribais, deté onde habita ou exerce atividade indispensável à sua subsistência ou economicamente útil".

Os Nambikwara vivem em pequenas aldeias temporárias, utilizando áreas extensas para suas atividades de subsistência, se deslocando após alguns anos, para a recuperação dos recursos da fauna e flora. Após o deslocamento, continuam a usar as roças velhas para colheita de produtos cultivados, que ainda existam nas aldeias abandonadas. Estando excluídas áreas vitais para o grupo, que em pouco tempo serão destruídas, os Índios ficarão em áreas ecologicamente esgotadas e seu sistema econômico seria totalmente destruído.

Além dos problemas ecológicos, as pequenas áreas independentes, não atendem à organização social dos grupos. As áreas contidas entre as pequenas ilhas demarcadas, estando liberadas à atividades econômicas da sociedade envolvente, criam um obstáculo ao relacionamento social dos grupos. Os Nambikwara mantêm um relacionamento à base de conflitos e alianças. Os vários grupos são potencialmente hostis devido ao faccionalismo generalizado entre eles. Mas há necessidade de reaproximação para realização de casamentos, visitas a parentes e troca de produtos.

As áreas fragmentadas dificultam a movimentação entre as aldeias, comprometendo a própria reprodução dos grupos, considerando o número reduzido de mulheres entre eles, e as dificuldades de encontrarem esposas dentro da própria aldeia, uma vez que contém um número reduzido de pessoas. Dificultarão também seu sistema de trocas que é importante para sua sobrevivência, uma vez que determinados recursos vegetais só são encontrados em áreas específicas.

Também a exclusão de suas conversas sagradas, poderia impedir suas práticas religiosas, o que provocaria consequências desastrosas para o grupo. A descontinuidade de seu território, desrespeito ainda a disposição contida na Lei nº 6.001 (Art. 2º, VI):

"Cumpre à União, aos Estados e aos Municípios bem como aos Órgãos das respectivas administrações diretas (respeitar, no processo de integração do Índio à Comunhão Nacional, a coesão das comunidades indígenas, os seus valores culturais, tradições, usos e costumes)".

Também é desrespeitado o Decreto nº 58.824, de 14.07.66, que promulga a Convenção nº 107, da Organização Internacional do Traba-

PIÇA	3167/81
MS	24
INDIO	Helena

lho, sobre as populações indígenas e tribais, que, em seu Art. 4º, alínea "a", determina que os países signatários devem:

"Tomar devidamente em consideração os valores culturais e religiosos, e os métodos de controle social peculiares a tais populações, assim como a natureza dos problemas que se lhes deparam, tanto do ponto de vista coletivo como individual, ao serem expostos a modificações de ordem social e econômica"

Quanto à saúde, as áreas independentes, aumentam a extensão de seus limites, acrescentando os pontos de contato com a sociedade envolvente, e ampliando as possibilidades de contágio de doenças infecciosas. Também o seu estabelecimento em pequenas áreas, acarretaria o esgotamento ecológico do seu habitat, causando um declínio na dieta alimentar, que os levaria a um estado de subnutrição.

Apesar das diminutas áreas demarcadas para si, que excluíram áreas imprescindíveis à sua sobrevivência física e cultural, os índios reconhecem como seus, os respectivos territórios tradicionais. Aí continuam a desenvolver suas atividades de caça, pesca e coleta, aproveitando os recursos vegetais que ainda lhes resta.

Para o reconhecimento do direito dos grupos, sobre as terras que efetivamente ocupam, existe ainda o Art. 25, do Estatuto do Índio, que assim dispõe sobre o assunto:

"O reconhecimento do direito dos índios e grupos tribais à posse permanente das terras por eles habitadas, nos termos do Art. 198 da Constituição Federal, independe de sua demarcação, e será assegurada pelo Órgão Federal de assistência aos silvícolas, atendendo à situação atual e ao consenso histórico sobre a antiguidade da ocupação, sem prejuízo das medidas cabíveis que, na omissão ou erro do referido Órgão, tomar qualquer dos Poderes da República".

B) SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

Os Manairisu mantêm uma ligação mágico-religiosa a seus sítios arqueológicos. Compreendem uma série de grutas, onde se encontram inscrições em baixo relevo que teriam sido feitas por seus ancestrais, sendo também local de moradia dos espíritos antepassados. Estas cavernas se localizam ao longo das encostas da Chapada, desde as proximidades do rio Piolho, até cabeceiras do rio Saxão. As poucas grutas que autorizaram a visita por parte de civilizados, já foram alvo de estudos através do Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul.

PRON. N.	3167/01
M.	25
IND. DE A.	Milena

E) ÁREA EFETIVAMENTE OCUPADA E DIVISAS TERRITORIAIS

O território ocupado pelos Manairisu, é a região do vale do rio Guaporé, compreendida entre o rio Piolho ao Norte, rio Sararé ao sul, rio Guaporé a leste, e a Chapada dos Parecis a oeste. É uma região tradicionalmente formada por matas, com alguns trechos de cerrado. Dominam os cursos dos rios formadores do rio Guaporé, que tem suas nascentes nas encostas da Serra, os quais apresentam um curso de pouca extensão (aproximadamente 100Km), e pouco volume de água, que se torna mínimo no período das secas.

1. HAHAINTESU

São classificados como Hahaintesu os remanescentes dos grupos Aikatesu (povo do peixe), Nantesu (povo do fruto), Qwalisatesu (povo do babaçu), e Yotdunsu (povo da boca preta).

Sérias alterações foram impostas à vida de tais grupos, principalmente a partir da penetração de seu território de maneira mais intensiva a partir dos anos 60, e o consequente processo de transferência no final de 1974, para a área interdita do Sararé. Quando retornam após 4 meses, enfrentam maiores pressões por parte dos grupos econômicos estabelecidos na área. Os Qwalisatesu voltam para sua aldeia localizada no local onde é a atual pista de pouso da Agropecuária vale do Guaporé. São deliberadamente prejudicados em suas tentativas de reconstruir seus roçados. Em 1977 vão para a aldeia do rio 32. Os Nantesu retornam à aldeia Pirena, às margens do córrego Corgão, e os Yotdunsu para a aldeia Campo do Bolinha, a 10 Km da Sede da fazenda Vale do Guaporé. A partir de 1978, procuraram se reunir na sede do PI, à procura de uma assistência. Os Nantesu foram para o Posto em 1978, os Qwalisatesu em 1979, e os Yotdunsu em 1980. Apesar de terem suas moradias na Sede do Posto, continuam a utilizar as aldeias anteriores (Pirina, 32, Campo do Bolinha).

Convencionou-se chamar a estes grupos Hahaintesu, mas os mesmos continuam a se identificar pelo grupo de origem, e apesar do estreitamento de suas relações, ocasionado pelas novas situações enfrentadas, persistem utilizando suas respectivas áreas originais:

AIKATESU - Sua área correnponde ao médio rio Piolho (Aikatajausu), até a barra do rio Guaporé (Wāyutjausu), e ainda rio Sabão (Ncha-lojausu). Nesta área existem duas aldeias antigas: No alto rio Piolho, aldeia Tiwankathiensu e no baixo rio Piolho, aldeia Sarikawenjensu. É utilizada para busca de ovos de tracajá à beira do rio Guaporé, penas de Mutum (flechas), resina de madeira e mel de abelha, além da pesca e caça ao porco, anta e outras espécies.

NANTESU - Sua área corresponde ao rio Praia Alta (Kunijausu), e todos os seus afluentes: rio Vermelho (Sutālxijausu) e Corgão (Hemūkawesuj), até o rio Guaporé. Possuem três aldeias antigas: Tukawenyensu, Alukwenjensu, Thāuliyensu. As atuais são as aldeias Pirina (Henukayensu) e aldeias Manairisu (PI). É área onde se encontra um fruto que tem função ritual, o que é encontrada em determinada época do ano. Próximo ao rio Piolho, nas cabeceiras do córrego Corgão e afluentes do rio Piolho, coletam taboca para ponta de flecha e bambu para a flauta sagrada, também cipó imbé para o corpo da flecha. Buscam resina no Morro Sem Boné. Na área de cerrado existe entre rio 32 e rio Vermelho, há uma pequena mancha de uma palmeira, a qual é coletada, ralada e consumida em forma de beijú. Nas cabeceiras dos rios locais, coletam frutos como birici, cajaziho, pitomba e marmelo, e nos cerrados a guariroba, cambarú, piqui. As cavernas sagradas dos Nantesu, estão localizadas próximas ao rio

... área compreendida desde as nascentes do rio ... até o rio Guaporé, e ainda baixo rio Leme (Alutiyausu). Suas aldeias antigas são a Petoyensu, próxima à pista de pouso do Zillo, para a qual retornaram após ida para o Sararé, e aldeia Wakihutanukayensu, próxima ao rio 32, tendo sido abandonada após um massacre por parte de invasores seringueiros, e ainda aldeia Sikawenyensu, localizada nas cabeceiras do rio Vermelho.

É a área onde se encontra maior abundância do Babagü. Utilizam o pecíolo da folha para confecção de balaio, e o fruto para fazerem pulseiras que são usadas pelas crianças, as quais acreditam assegurar resistência óssea, além do sentido ornamental. Nos meses de outubro e novembro, extraem a mandioca do campo, nos cerrados próximos ao rio Leme ou Piolhinho. Buscam também a viriva (arco) e o tucum pra fazerem pulseiras e brincos. Nas áreas alagadas do rio Guaporé, conseguem as conchas para ornamentos e proteção espi-

ritual à criança. As grutas sagradas dos Qualisatesu, estão localizadas nas cabeceiras do rio Corgão e rio Sabão.

YOTDUNSU - Sua área corresponde às cabeceiras do rio Leme (Nānki-yausu), e barra do rio Dois Irmãos (Kijulausu). Suas aldeias antigas são a Inuxtāuynsu e Tuhnaliyensu, e a atual aldeia Campo de Bolinha, próxima ao retiro da Porteira Preta.

Além das atividades de caça, pesca e coleta desenvolvidas na área, é local onde se encontra a taquara para flechas. Próximo ao rio Leme ou Piolhinho estão as cavernas sagradas Yotdunsu.

WAIKSU/ALAKATESU

a) Waiksu - Seu território original compreende as cabeceiras do rio 44, rio Novo e Córrego Dois Irmãos. A aldeia Waiksu onde habitavam até serem transferidos para o Sararé (1975), fica em um platô da Chapada dos Parecis. Permaneceram mais de um ano entre Sararé e Vila Bela, retornando a partir de 1976. Como o retorno foi feito por etapas, foram para as áreas de caça, pois na aldeia haviam implantado pastagens. Voltaram para a aldeia do Ramão, localizada no alto de uma elevação, próximo às cabeceiras do rio Dois Irmãos, onde estão as cavernas do respectivo grupo. Uma outra parte dos Waiksu, pelas associações de casamentos com os Alakatesu, se uniram aos mesmos, ficando na aldeia Alakatesu, que fica em um pequeno trecho de matas, em meio às pastagens feitas pela fazenda São Domingos.

Em duas diferentes nascentes do rio Dois Irmãos, ficam as cavernas sagradas dos Waiksu, Alakatesu e Alantesu. Em sua área se encontram também as taquaras de que se utilizam os três grupos.

b) Alakatesu - Em sua área está o médio rio Dois Irmãos (Kisulausu), rio Novo (Asxailausu), e nascentes do córrego Fundo (Txhatrijausu). Caçam, pescam e colêtam um território comum com os Waiksu. Em barreiros do rio Novo e Córrego Dois Irmãos, é caça comum com os Alakatesu.

A área fora quase totalmente devastada, deixando ao grupo poucas opções. Em qualquer direção que sigam para suas atividades de subsistência, são levadas a atravessar no mínimo 5 Km de pastagens.

ALANTESU - São denominados Alantesu, remanescentes do grupo Erihitaunsu e Alantesu propriamente dito. O território Erihitaunsu compreende o córrego do Desertor (Wāyausu), e mais dois pequenos córregos denominados Yaluakhatyausu e Qlsilahainjausu. A denominação do grupo provém do fato de existir na área muito buriti (povo do buriti). Sua aldeia antiga, fica nas cabeceiras do córrego do Desertor. Os Alantesu vivem em uma área onde há predominância de cerrado, e com poucos trechos de mata. A única mancha de Pequi do mato existente em todo o vale, pertence ao grupo. Fica próximo a uma aldeia antiga localizada perto de uma Serra (Dahilyausu). A caça na área é escassa, sendo sua dieta alimentar baseada no peixe. A capivara também é consumida. Caçam nos barreiros do rio Novo, e capivaras existentes nas pastagens próximas ao córrego Fundo.

Com a epidemia de sarampo por volta de 1964, morreram inúmeras pessoas dos dois grupos. Os sobreviventes Erihitaunsu, se reúnem aos restantes (crianças e adolescentes) Alantesu, na aldeia Ainkatsu. Posteriormente, para conseguirem recursos médicos civilizados, se deslocaram para as proximidades do córrego Fundo.

NASUSU - Seu território são cabeceiras formadoras do rio Novo (Ayahateteyausu, Tahailakayausu, Yakatayausu, Hatitēyausu, Ihaloxtyausu, Alusikiyausu), seguindo-se a margem esquerda do rio Novo, até a confluência com o rio Papagaio. Ainda lhes pertence as cabeceiras formadoras do rio Papagaio (Aiyalotausu, Salat'Jausu, Yalityausu, Se'Khotyausu), e ainda os formadores do rio Galera e Córrego Sa-xão.

Suas cavernas sagradas juntamente com as do Sararé (Katitauru), estão localizadas próximas às nascentes do córrego Dourado e cabeceiras do rio Novo.

Buscam a resina juntamente com os Alantesu, Waiksu e Alakatesu, na confluência do rio Novo com o Papagaio. A taquara para flecha é encontrada nas cabeceiras do rio Papagaio. A taboca fica ao sul da área demarcada. A pesca é feita esporadicamente no rio Novo. A caça é mais abundante nos flancos da Serra, ao norte, onde se encontram duas aldeias antigas. A aldeia atual fica nas proximidades dos formadores do rio Papagaio.

SARARÉ - Os Katitauru, que estão localizados na região do rio Sararé, compreendem remanescentes de quatro grupos: Qwalitsu, Kalu-waisu, Katitauru e Whailatsu.

Sua área tradicional se estende desde o rio Cardoso ao sul, rio Galera ao norte, Chapada dos Parecís a leste, e a Serra São Vicente a oeste.

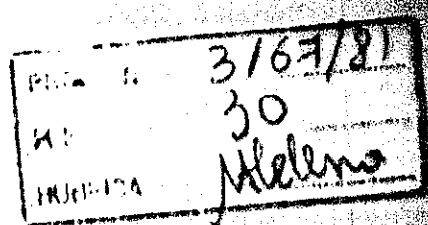
Suas aldeias antigas se encontram próximas a Serra São Vicente, e mais ao norte, num dos formadores do rio Galera. Atualmente encontramos a aldeia de Atoleiro, às margens do córrego Atoleiro, a pouco mais de 800 metros da estrada que conduz à sede da fazenda Sapé; a aldeia do Capitão Américo e Capitão Tito, próximo à pista de pouso, construída pelo próprio grupo a cerca de 15 anos; aldeia Sararé, margem esquerda do rio Sararé.

A taquara é encontrada próximo da aldeia da Serra São Vicente e nas encostas da Chapada, cabeceiras do rio Atoleiro. Nos cerrados existentes na área, coletam vários frutos, ervas e raízes medicinais, e caçam tatu, veado e outras espécies. A caça predominante é nos trechos de mata ao longo do rio Sararé. O bambu para flauta é encontrado no córrego Banhado, e a resina na confluência do córrego Paiol com o rio Sararé. No campo ainda retiram a fibra de tucum para confecção de artefatos.

III - MÁGICO RELIGIOSO

Dos mitos a seguir descritos, pode-se depreender a ligação à preservação do próprio grupo, afirmação do direito à terra, e ainda à preservação da fauna e da flora. Teriam surgido de uma caverna específica da área, devendo permanecer de acordo com o aspecto original, preservando o rudimentar, e resguardando as cavernas. Seriam os guardiões do mundo de origem que fora marcado com inscrições, e conservariam o estado em que saíram das grutas. Com o desenvolvimento da tecnologia, os homens foram se espalhando por diferentes áreas, porque à medida que descobriam alguma técnica, eram expulsos da área original (ex.: redes, roupas, etc...). O desenvolvimento é ampliado, sendo associado ao próprio "civilizado" que agora retorna com uma tecnologia já bem avançada.

Quanto à fauna, o mito diz que um personagem possuía todos os animais, e os mantinha guardados em uma caverna. Enquanto viajava, confiou a dois índios, o cuidado dos mesmos. Se sentissem fome, poderiam retirar apenas o animal necessário. Devido à ganância destes, todas as espécies animais fogem e se espalham por todo o mundo. Como castigo, o dono dos animais, dá características aos



mesmos, dificultando a caçada. Manda os macacos, subirem nas árvores, a anta dormir de dia e andar de noite, etc. E a essas cavernas onde eram guardados, os animais sempre retornam por época da procriação.

Em relação às plantas, estas teriam surgido de um menino que fora à mata com seu pai, e, quando fica só, se robenta em muitos pedaços formando as espécies úteis: de suas mãos, forma as folhas da mandioca que parecem dedos; de seus dentes fez os grãos do milho; de suas unhas, as brancas sementes do amendoim, de seus olhos a fava, e de seu sangue, forma o suco vermelho do urucum, etc... "E o espírito do menino, volta nas flautas sagradas que os homens tocam na "cabana das flautas", que é proibida às mulheres. Sem a dança e o canto não teríamos mandioca, milho, amendoim, fava, etc."

Cada aldeia possui sua casa de flautas, que tem o mesmo formato das malocas onde moram, só que em menores proporções. Aí ficam guardadas suas flautas sagradas, sendo vetada a penetração e participação de mulheres. O ritual mágico das flautas é feito por época do plantio e colheita, sendo também realizado para cura de doenças, quando os homens tocam as mesmas durante toda a noite. As flautas tem o poder de espantar os maus espíritos e encantar a caça. Após a noite especial de flautas, os homens se espalham ao amanhecer pela floresta.

Uma criança não é considerada um índio, pois para sê-lo implica possuir conhecimento de todo seu universo, ou seja a classificação, localização e utilização das plantas e animais, posição dos astros para reconhecimento meteorológico e das estações para agricultura; reconhecimento dos espíritos e de sua respectiva região. Quando esteja no período da adolescência, é feito um furo no lábio superior e septo nasal, para a iniciação espiritual do menino. O uso do brinco é associado a uma proteção à morte por flechadas, as conchas contra espíritos maus (ATAZU), e os colares às doenças. A cura Xamanística gira em torno da retirada de um objeto estranho do corpo do enfermo, através de sucção.

Nas cavernas onde acreditam terem se originado é também a moradia dos espíritos de seus ancestrais. Quando morre uma pessoa, levam o corpo a um índio adulto, preferentemente a um Xamã que aguarda um determinado tempo para verificação da morte biológica.

NUM. N.	3167/81
NUM.	31
RU. ISA	Helena

MINISTERIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

ca. Constatada a morte, inicia-se o choro ritual das mulheres cuja duração poderá se estender a vários dias. Imediatamente são providenciados os preparativos para o enterro e encaminhamento do espírito à respectiva gruta sagrada, previamente escolhida. O corpo é acomodado dentro da maloca onde fora sua moradia, enquanto são providenciados as cascas de árvores em diâmetro apropriado para acolher o morto, e o local onde deverá ser enterrado. Enquanto isso, os homens ficam em estado de alerta, pela possibilidade de encarnação de um espírito ancestral, para retirar do morto seu espírito, que será encaminhado ao mundo das "sombras". O urucum e as sementes aromáticas são passadas na casca e no corpo do morto, sendo retirados todos os seus adornos, os quais serão posteriormente enterrados juntamente com outros objetos de uso pessoal. O morto é colocado no sentido em que a cabeça fique para leste, e a casca é fechada, cobrindo-se as laterais com folhas. A seguir o corpo é enterrado em um buraco de aproximadamente 70 cm de profundidade, moldado em relação ao tamanho do morto, sendo a terra calcada aos poucos, até o nível do local. É mais comum enterrem no lugar onde será construída uma nova maloca, sendo que a família costuma dormir sobre o local onde o morto foi enterrado. Queimam a maloca onde vivera e todos os seus pertences. Destroem tudo que possa lembrar o morto. Seu nome não é mais pronunciado, pela crença de que o espírito ficaria vagando próximo à aldeia, e os parentes próximos costumam raspar a cabeça, para não serem identificados pela "sombra".

Antes de fechar a casca com o morto, o Xamã retira o espírito da cabeça para os pés, e o recebe para si, colocando-o no espaço entre a cabeça e o coração, arqueando a cabeça para fazer uma sombra. Este espírito encarnado no Xamã tem poderes de cura, sendo comum consultas de crianças doentes. Após o enterro, o espírito é conduzido ao mundo das sombras, quando um índio, no máximo dois, serão os guias do Xamã até à caverna sagrada. No local, o Xamã, visualiza e se comunica com todos os espíritos ancestrais. Aí retira a sombra, entrega aos outros e retorna.

Acreditam que os espíritos têm uma vida social semelhante à do mundo físico, daí o fato de não privá-lo do convívio social com o seu grupo. O espírito conviverá com todos os outros que tiveram seus corpos enterrados no mesmo local.

3167/81
33
Milema

crença na vida social após a morte, é tão intensa, que existem casos de andarem até quatro dias com o corpo em estado de putrefação à procura de um lugar onde já tivessem enterrado alguém.

Na área das cavernas sagradas, num raio aproximado de cinco quilômetros, é proibido caçar, pescar ou coletar, sendo permitido o acesso de dois e no máximo três índios. Ao branco, é proibida a penetração. A localização destas cavernas sagradas, é ao longo das encostas da serra desde as proximidades do rio Piolho ao norte, até as cabeceiras do rio Saxao, ao sul. Nesta faixa, cada dos grupos tem sua respectiva gruta, onde vivem os espíritos de todos seus antepassados.

IV - DEMOGRAFIA

A população Manairisu, atinge atualmente um número de 199 pessoas, que se acham distribuídos entre os vários grupos:

GRUPO DE ORIGEM	POPULAÇÃO	TOTAL
Hahaintesu	60	-
Alantesu	31	-
Wasusu	49	-
Waiksu/Alakatesu	20	-
Katitauru (Sararé)	39	-
TOTAL		199

Entre os componentes de um determinado grupo, é comum encontrar elementos de origens diversas (verificar levantamento populacional - grupos de origem). Pelo esquema apresentado a seguir nota-se o número elevado de crianças em relação à população adulta, denotando possibilidades de crescimento populacional, se medidas de atendimento à saúde, fossem devidamente asseguradas aos grupos.

(Segue quadro).

FAIXA ETÁRIA	HAHAINTESU	KATITAUURLU	ALANTESU	WASUSU	WAIKSU/ALAKATESU	TOTAL
0 - 5	17	11	08	08	05	49
6 - 10	06	02	04	10	-	22
11 - 15	05	05	01	06	-	17
16 - 20	02	03	01	03	03	11
21 - 25	07	01	03	05	02	18
26 - 30	03	03	03	-	01	10
31 - 35	04	06	04	03	04	21
36 - 40	06	01	05	03	02	17
41 - 45	04	02	-	06	01	13
46 - 50	01	03	-	-	-	04
+ de 50	05	02	01	05	04	17
TOTAL	60	39	31	49	20	199

PROC N. 316317
MS
INDÍO
33
Ribeiro

MINISTERIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

3164/8
34
M. L. L.

H A H A I N T E S U

<u>NOME</u>	<u>SEXO</u>	<u>DATA DO NASCIMENTO</u>	<u>GRUPO DE OBTOR</u>
1. Bibi	M	1.945	Yotdunsu
2. Marilu	F	1.958	Qwalisatesu
3. Avã	M	1.977	Yotdunsu
4. Esmeralda	F	1.981	Yotdunsu
5. Bolinha	M	1.947	Yotdunsu
6. Marita	F	1.954	Yotdunsu
7. Lua	F	1.978	Yotdunsu
8. Camene	F	1.980	Yotdunsu
9. José	M	1.940	Qualisatesu
10. Mercedes	F	1.940	Yotdunsu
11. Rodrigo	M	1.969	Yotdunsu
12. Mairã	F	1.976	Yotdunsu
13. Caio	M	1.957	Yotdunsu
14. Yuria	F	1.966	Yotdunsu
15. Abrão	M	1.980	Yotdunsu
16. Katozo	M	1.962	Yotdunsu
17. Seringueiro	M	1.956	Yotdunsu
18. Narrira	F	1.954	Qwalisatesu
19. Canfo	M	1.978	Qwalisatesu
20. Lauro	M	1.981	Yotdunsu
21. Raimundo	M	1.940	Qwalisatesu
22. Amália	F	1.970	Qwalisatesu
23. Aneta	F	1.970	Qwalisatesu
24. Antônio	M	1.942	Qwalisatesu
25. Carolita	F	1.974	Qwalisatesu
26. Janaina	F	1.978	Qwalisatesu
27. Brisa	F	1.980	Qwalisatesu
28. Papinele	M	1.932	Qwalisatesu
29. Cristovão	M	1.959	Qwalisatesu
30. Tiago.	M	1.947	Qwalisatesu
31. Terezinha	F	1.959	Nantesu
32. Geraldo	M	1.974	Qwalisatesu
33. Ana	F	1.977	Qwalisatesu
34. Diego	M	1.981	Qwalisatesu

MINISTERIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

310119
33
Hilma

<u>NOME</u>	<u>SEXO</u>	<u>DATA DO NASCIMENTO</u>	<u>GRUPO DE ORIGEM</u>
35. João	M	1.950	Qwalisatesu
36. Joana	F	1.950	Nantesu
37. Jorge	M	1.977	Nantesu
38. Yara	F	1.981	Nantesu
39. José	M	1.959	Nantesu
40. Chiquita	F	1.966	Nantesu
41. Benjamim	M	1.981	Nantesu
42. Cuiabano	M	1.940	Nantesu
43. Maria Bela	F	1.963	Nantesu
44. Erico	M	1.930	Aikatesu
45. Marsha	F	1.930	Nantesu
46. Dora	F	1.974	Aikatesu
47. Putraico	M	1.927	Nantesu
48. Crediza	F	1.945	Aikatesu
49. Estrela	F	1.977	Nantesu
50. Débora	F	1.971	Nantesu
51. Malaco	M	1.958	Qwalisatesu
52. Bárbara	F	1.956	Yotdunsu
53. Winetú	M	1.972	Yotdunsu
54. Rita	F	1.977	Qwalisatesu
55. Papai	M	1.917	Nantesu
56. Pedro	M	1.944	Qwalisatesu
57. Camaruto	M	1.951	Nantesu
58. Jacutinga	M	1.930	Qwalisatesu
59. Marco	M	1.973	Qwalisatesu
60. Martinho	M	1.969	Yotdunsu

W A I K S U / A L A K A T E S U

1. Pedro	M	1.950	Waiksu
2. Ana	F	1.958	Alakatesu
3. Jônata	M	1.972	Waiksu
4. Joaquim	M	1.962	Waiksu
5. Manê	M	1.938	Waiksu
6. Osana	F	1.950	Waiksu
7. Zilã	F	1.978	Waiksu

MINISTERIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

PROC. N. 31671
MS 36
IMPRESSA Helena

<u>NOME</u>	<u>SEXO</u>	<u>DATA DO NASCIMENTO</u>	<u>GRUPO DE ORIGEM</u>
8. Rêcem-nascido	M	1.981	Waiksu
9. Ramão	M	1.920	Waiksu
10. Joana	F	1.948	Waiksu
11. Wharrak	M	1.977	Waiksu
12. Mamãe	F	1.930	Waiksu
13. Antônio	M	1.948	Waiksu
14. Antônia	F	1.930	Waiksu
15. Rosinha	F	1.945	Waiksu
16. Bastião	M	1.919	Alakatesu
17. João	M	1.945	Alakatesu
18. Maurício	M	1.958	Alakatesu
19. Maria	F	1.946	Alakatesu
20. Maria Criança	F	1.976	Alakatesu

A L A N T E S U

1. Qwento	M	1.947	Alantesu
2. Wharinta	F	1.944	Erihitaunsu
3. Kuyana	F	1.972	Alantesu
4. Paulito	M	1.977	Alantesu
5. Álvaro	M	1.981	Alantesu
6. Serwaia	M	1.945	Alantesu
7. Adão	M	1.975	Alantesu
8. Inocêncio	M	1.953	Alantesu
9. Maria I	F	1.959	Alantesu
10. Saul	M	1.975	Alantesu
11. Duí	F	1.979	Alantesu
12. Manê	M	1.948	Alantesu
13. Terezita	F	1.949	Alantesu
14. André	M	1.968	Alantesu
15. Silvano	M	1.981	Alantesu
16. Óio	M	1.945	Alantesu
17. Rosinha	F	1.963	Alantesu
18. Caetanilho	M	1.957	Alantesu
19. Joana	F	1.954	Alantesu
20. Lourdinha	F	1.976	Alantesu

3169/81
32
Máxima

<u>NOME</u>	<u>SEXO</u>	<u>DATA DO NASCIMENTO</u>	<u>GRUPO DE ORIGEM</u>
21. Silvestre	M	1.980	Alantesu
22. Júlio	M	1.941	Alantesu
23. Catarina	F	1.947	Alantesu
24. Fuado	M	1.945	Alantesu
25. João Batista	M	1.974	Erihitaunsu
26. Milton	M	1.960	Erihitaunsu
27. Gamão	M	1.920	Erihitaunsu
28. Terezinha	F	1.953	Alakatesu
29. Furina	F	1.976	Alantesu
30. Natan	M	1.979	Alantesu
31. José	M	1.964	Alantesu

W A S U S U

1. Júlia	F	1.920	Wasusu
2. Papai	M	1.917	Hahaintesu
3. Etreka	M	1.945	Wasusu
4. Eunice	F	1.948	Wasusu
5. André	M	1.974	Wasusu
6. Sílvia	F	1.976	Wasusu
7. Alexis	M	1.980	Wasusu
8. Yehu	M	1.937	Wasusu
9. Marta	F	1.47	Wasusu
10. Beth	F	1.942	Wasusu
11. Virginia	F	1.961	Wasusu
12. Paulo	M	1.963	Wasusu
13. José	M	1.966	Wasusu
14. Rebeca	F	1.969	Wasusu
15. Diana	F	1.973	Wasusu
16. Mareniza	F	1.978	Wasusu
17. Bruno	M	1.980	Wasusu
18. Tereza	F	1.920	Wasusu
19. João	M	1.969	Wasusu
20. Jaime	M	1.972	Wasusu
21. Joel	M	1.960	Wasusu
22. Ana	F	1.975	Wasusu

MINISTERIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

3167/81
38 de
Hilma

<u>NOME</u>	<u>SEXO</u>	<u>DATA DO NASCIMENTO</u>	<u>GRUPO DE ORIGEM</u>
23. Mamia	F	1.979	Wasusu
24. Yawé	M	1.937	Wasusu
25. Débora	F	1.939	Wasusu
26. Ada	F	1.967	Wasusu
27. Gilberto	M	1.975	Wasusu
28. Suzana	F	1.975	Wasusu
29. Lucas	M	1.960	Wasusu
30. Jorge	M	1.930	Wasusu
31. Florença	F	1.940	Wasusu
32. Margarida	F	1.968	Hahaintesu
33. Nana	F	1.975	Hahaintesu
34. Waioko	M	1.950	Hahaintesu
35. Bárbara	F	1.958	Hahaintesu
36. Pedro	M	1.969	Katitauru/ Sararé.
37. Felipe	M	1.980	Wasusu
38. Assigu	M	1.930	Wasusu
39. Elizabeth	F	1.938	Wasusu
40. Estêvão	M	1.972	Wasusu
41. Geni	F	1.956	Wasusu
42. Roanaito	M	1.975	Alantesu
43. Rana	F	1.979	Wasusu
44. China	M	1.940	Wasusu
45. Joana	F	1.945	Wasusu
46. Tiago	M	1.961	Wasusu
47. Sansão	M	1.969	Wasusu
48. João Batista	M	1.974	Wasusu
49. Raquel	F	1.978	Wasusu

K A T I T A U R L U (SARARÉ)

1. Jorge	M	1.958	Katitauru
2. Renata	F	1.963	Katitauru
3. Jorge Jr.	M	1.980	Katitauru
4. Pedro	M	1.948	Katitauru
5. Ninita	F	1.966	Katitauru
6. Américo	M	1.936	Katitauru

<u>NOME</u>	<u>SEXO</u>	<u>DATA DO NASCIMENTO</u>	<u>GRUPO DE ORIGEM</u>
7. Luisa	F	1.948	Katitauru
8. Luida	F	1.965	Katitauru
9. Elizabeth	F	1.976	Katitauru
10. Violeta	F	1.978	Katitauru
11. Iucarêco	M	1.980	Katitauru
12. Tito	M	1.918	Katitauru
13. Simão	M	1.945	Katitauru
14. Ester	F	1.948	Katitauru
15. Daniel	M	1.973	Katitauru
16. Danilo	M	1.975	Katitauru
17. Roberto	M	1.979	Katitauru
18. Raul	M	1.981	Katitauru
19. Nilo	M	1.935	Katitauru
20. Cristina	F	1.966	Waiksu
21. Mateus	M	1.954	Katitauru
22. Nelza	F	1.962	Katitauru
23. Reinaldo	M	1.981	Katitauru
24. Timóteo	M	1.946	Katitauru
25. Laura	F	1.965	Katitauru
26. Paulo	M	1.980	Katitauru
27. Norumi	F	1.978	Katitauru
28. Domingos	M	1.938	Katitauru
29. Joana	F	1.928	Katitauru
30. Alice	F	1.968	Katitauru
31. Armando	M	1.954	Katitauru
32. Severo	M	1.948	Katitauru
33. Doca	F	1.955	Katitauru
34. Aurora	F	1.977	Katitauru
35. Paulo	M	1.979	Katitauru
36. Moisés	M	1.936	Katitauru
37. Maria Paquinha	F	1.949	Waiksu
38. Dioro	M	1.977	Katitauru
39. Catarina	F	1.934	Katitauru

PIRA N	3167/21
MS	40
EMPRESA	Alena

V - SÓCIO POLÍTICO

Há uma grande dispersão e mobilidade entre os Manairi su, decorrente entre outros fatores de sua organização sócio-política. Habitam pequenas aldeias temporárias, em razão de deslocamentos de facções que se separam. Estas partições dentro do grupo, estão estrei tamente ligadas à competição pelos recursos locais. Quando uma aldeia atinge um determinado número de pessoas, há necessidade de separação para terem recursos suficientes nas proximidades para sua subsistên - cia. Facções se formam continuamente, sendo entretanto, de pouca dura ção. Assim, aldeias são temporariamente fundadas por facções dissiden tes, durando até que outras se formem e os locais se esgotem, podendo ser reconstruídas quando os recursos sejam renovados. Suas aldeias são construídas no campo onde existe areia para dormir, água suficien te nas proximidades; e que sejam próximas a largas faixas de matas on de fazem sua lavoura.

Os membros de uma aldeia são unidos pela obrigação de partilhar comida, e quem lidera é geralmente aquele que produz muito e portanto, partilha mais. A liderança não se dá por direito, mas por habilidade, recaindo comumente sobre os mais velhos, pelos conhecimen tos adquiridos.

Como vivem em pequenas aldeias, e o homem deve casar com uma mulher que seja de sua geração, é improvável consegui-la dentro de sua própria aldeia. Assim alianças são feitas entre diferentes aldeias, para realização de casamentos, levando a uma reaproximação en - tre os vários grupos. A residência após o casamento é geralmente ma - trilocal, pelo desequilíbrio dos sexos, havendo carência de mulheres, e tendo os pais da noiva, maior poder nas negociações. Como os interes ses de muitos elementos da aldeia são afetados por um casamento, este leva meses ou anos para se concretizar. As negociações são simplifica das quando há possibilidade de contratar dois casamentos simultâneos, ficando um casal em cada aldeia. Dependendo da astúcia com que um pai consiga casar seus filhos, poderá se tornar chefe, ou liderar uma fac ção fundando uma nova aldeia.

Como cada dos grupos são potencialmente hostis, devido ao faccionalismo que permeia suas relações, possuindo áreas de acesso independentes, e estando naturalmente dividido entre si, a região com preendida entre o rio Piolho e o rio Sararé. Há também uma grande movi mentação entre as aldeias, pela necessidade de reaproximação entre

os grupos para a realização de alianças matrimoniais, visitas a parentes e troca de produtos. É tradicional realizarem uma grande cerimônia, quando um grupo de visitantes chega em outra aldeia. Os líderes expõem inicialmente todos os acontecimentos graves, e somente quando todos os fatos tenham sido esclarecidos, é que os dois grupos se sentem em segurança. Para o dia seguinte, organizam uma caçada conjunta, sendo a mesma imprescindível mesmo quando se trata de aldeias próximas e amigas, porque a aliança entre eles é rompida facilmente. Outras aldeias são também suspeitas de feitiçaria, podendo ocorrer violência, se acontece uma morte por época de uma visita.

VI - ASPECTOS SÓCIO ECONÔMICOS

A - ATIVIDADES DE SUBSISTÊNCIA

Apesar das compulsões ecológicas, bióticas e coerções tecnológica-culturais, os Manairisu conservam seu sistema adaptativo tribal, ou seja, as técnicas e a sabedoria tradicional, com os quais se relacionam com a natureza, para retirar dela o seu sustento. Seu território é tradicionalmente, região com extensas matas, e manchas ocasionais de cerrado, e sua cultura, é em grande parte, uma adaptação especializada à vida nesta região. Sua própria designação de Manairisu (povo das matas), comprova sua íntima identificação com as mesmas. No processo adaptativo, foi encontrada a utilidade da mata para sua subsistência. São os frutos, matérias-primas de seus artefatos, para construir o arcabouço de suas malocas ou arcos: cipós, enviras, folhas e palmas para amarrar; resinas e látex para colar, fazer fogo ou defumar, tintas venenos, ervas e raízes medicinais, e muitos outros. Em relação à fauna, conhecem perfeitamente as espécies existentes, e em especial as que utilizam para alimentação. Percorrem cada trecho de seu território, na luta diária pela sobrevivência, e a troca de informações sobre essa área, é constante em suas conversações, mantendo assim um permanente controle sobre seu território de atividade.

Suas aldeias ficam no cerrado, onde existem fontes de água mais ou menos permanentes, e próximas de matas apropriadas à lavoura, e que permitam sua permanência durante alguns anos. Mantém um perfeito equilíbrio ecológico, mudando-se quando os recursos locais se esgotam, para sua necessária recuperação. Somente após a renovação do potencial de fauna e de flora, é que retornam às antigas aldeias.

MINISTERIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

PAGE	A	3167/81
MS		47
REVISOR		Helena

Assim aldeia antiga não é simplesmente aldeia extinta, é aldeia futura. Mesmo após abandonarem uma aldeia, continuam a se utilizar dos recursos de lavoura que ainda restam. Independente de fatores ecológicos, outros influenciam nestas migrações. Cada grupo cobre uma determinada área em suas atividades de caça, pesca e coleta, além da lavoura e moradia, de tal maneira que há uma divisão natural do território entre si. Conhecem detalhadamente sua área; os rios e barreiros frequentados pela caça, lugares mais piscosos, concentração de certas plantas e onde encontrar os frutos de que se alimentam. Apesar das pressões expansionistas da sociedade envolvente, suas dimensões são determinadas pelas possibilidades de satisfazer suas necessidades.

É frequente a realização de incursões pelo seu território em grupos familiares, que passam nas matas durante semanas ou até meses em acampamentos, caçando, pescando e coletando para seu consumo. Com o esgotamento de seus recursos, ocasionado pela implantação de pastagens por parte de fazendas, são levados a deslocamentos mais demorados, para conseguirem os recursos necessitados. Em suas aldeias, é comum encontrarem-se poucos elementos, porque a maioria se desloca, para suas atividades de subsistência.

Praticam indistintamente durante o período de chuvas e secas, suas atividades de caça, pesca e coleta, sendo entretanto, mais significativas em determinadas épocas e locais específicos, a cada estação do ano. Conseguem mais facilmente o peixe, quando as águas se mantêm limpas, sendo reduzidas com a chegada da estação chuvosa. A pesca é praticada preferentemente pelos homens, utilizando-se a flecha e às vezes o timbó. Os peixes mais consumidos são a traíra, bagre, cascudo, lambari, agulha, jejú, tamboatã e cará.

A caça é atividade masculina, sendo realizada tanto na época das chuvas, como no período das secas. É mais abundante quando varaiem as aguadas permanentes, e os animais vão beber quase sempre no mesmo local. Sua caça preferida é o porco do mato, sendo consumidos também espécies como veado, cutia, anta, macaco, tatu. Alguns apteis como calango, jabuti, tartaruga, e aves: mutum, macaco e outros.

A coleta dos frutos silvestres, pequenas espécies, e mel, é também importante para complementação da subsistência, sendo a mesma, atividade feminina. Tanto a caça, como a coleta e a pes

43
M. L. L.

são atividades essenciais para sua sobrevivência; a elas sendo de-
stadas mais tempo, que a quaisquer outros trabalhos.

Na confecção de artefatos, as mulheres fazem os ba-
lões, e os homens os arcos e flechas. Além do provimento às neces-
sidades de tais artigos, começam a ter um significado de troca com
elementos estranhos, para conseguirem os produtos industrializados
de que necessitam (açúcar, munição, vasilhames, etc.).

As atividades agrícolas, constituem no seu adaptati-
vo, um mecanismo de estabilização nas condições de vida, face as
variações quantitativas dos recursos da caça, pesca e coleta. Apre-
sentam uma especial importância, por constituir uma reserva de ali-
mentos sempre disponíveis. O básico de sua alimentação é o milho.
Todos os grupos cultivam a mandioca (3 variedades), milho fofo (4
espécies), inhame, cará, batata doce, banana, abacaxi, mamão, cana
e feijão fava. Preferentemente a roça é coletiva, mas dependendo
do relacionamento mantido, poderá ser individual. A derrubada é
feita no período de maio e início de agosto; o plantio em setembro,
outubro, e a colheita em fins de dezembro. Fora introduzido a cria-
ção de animais entre eles, mas ainda é praticada mais num sentido
de troca, que propriamente consumo; pois não é comum entre eles, co-
moverem os animais que criam.

Nas suas atividades de caça, pesca, coleta e agricul-
tura, são utilizadas técnicas, que não são apenas alternativas cul-
turais, mas são decorrentes de sua adaptação às condições naturais
da região.

A - INTEGRAÇÃO SOCIAL

O esquema a seguir, demonstra o complexo relaciona-
mento mantido entre os vários grupos Manairisu:

- | | |
|-----------------------------|-------------|
| <u>Manairisu:</u> Yotdunsu | |
| Qwalisatesu | Assimilação |
| Aikatesu | |
| Nantesu | |
| <u>Katitaurlu:</u> Qwalitsu | |
| Kaluhwaisu | Assimilação |
| Waihlatesu | |
| Katitaurlu | |

PRCA. N.º 3167/81
M.S. 44
Muller

Alantésu: Krahitsunsu
Alantésu - Assimilação
Wasusu e Alantésu - Assimilação

Os Wasusu, Katitauru (Sararé), Mahaintesu, Alantésu, Krahitsunsu/Alantésu, mantêm um relacionamento que oscila entre a hostilidade, ataques, tensão e amizade. Fatores de reaproximação entre os grupos, são os intercassamentos e as trocas de mercadorias, e visitas a parentes. Com a carência de mulheres, tem necessariamente de fazer alianças entre os grupos para a realização de casamento, sem que a família comprometa sua própria reprodução. A reaproximação é também ocasionada pela necessidade de efetuarem troca de produtos, tais como a resina, taquara, babaçu, Piqui, e outros que são mais abundantes em determinados locais. Ainda sementes para plantio e outros produtos de roça, são trocados pelos grupos.

Quanto a administração da Funai na área, é mantida uma perfeita integração, estando o chefe de Posto Silbene de Almeida, há muitos anos entre eles. Com a comunidade envolvente, ou seja, funcionários das grandes Agropecuárias é comum haver atrito, por causa de desmatamentos. Os Wasusu e empregados da fazenda Guanabara, tem conflitos constantes, porque os índios sempre impedem qualquer tentativa de realizar desmatamentos em sua área. Também os Katitauru (Sararé), recentemente efetivaram queimada em desmatamento da fazenda São José. Conflitos são também provocados por outras razões, sendo que os índios às vezes procuram sede de fazendas, para conseguir mercadorias ou recursos médicos, uma vez que ainda não possuem permanentemente junto de si, funcionários da Funai.

VII - ASPECTOS DE SAÚDE E SANEAMENTO

Há uma vasta legislação para assegurar aos índios, seus direitos e uma assistência médica. O Estatuto do Índio, Lei nº 6.691 de dezembro de 1973, prevê a assistência médica aos índios: Art. 14 - Os índios tem direito aos meios de proteção à saúde favorecidos à Comunhão Nacional.

Parágrafo único: Na infância, na maternidade, na doença, e na velhice, deve ser assegurada ao silvícola, especial assistência dos poderes públicos, em estabelecimentos a esse fim destinados".

A Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, em

MINISTERIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO - FUNAI

DATA	21/07/81
Nº	45
ASSINATURA	Alcides

1957, através da convenção nº 107, aprovou as normas para proteção às populações indígenas. No Brasil, esta Convenção foi promulgada pelo Decreto nº 58.824 de 19 de julho de 1966, que em sua 5ª parte, artigo 20, afirma:

- " Os governos assumirão a responsabilidade de coletar serviços de saúde adequados, à disposição das populações interessadas".

- " A organização desses serviços, será baseada no estudo sistemático das condições sociais, econômicas e culturais das populações interessadas."

A Lei nº 5.371, que em dezembro de 1977, criou a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) colocava entre suas finalidades: "promover a prestação da assistência médico-sanitária aos Índios".

Mesmo com todos os fundamentos legais, a assistência médica aos Índios, está na dependência de profissionais de saúde lotados no Posto, e de Equipes Volantes da Delegacia Regional, que periodicamente percorrem a área.

Dada as condições porque passaram os Manairisu, da drástica depopulação sofrida após o contato, e da necessidade atual de reduzir o índice de mortalidade entre eles, os serviços médicos prestados, não tem se mostrado suficientemente eficazes. O padrão de dispersão da população local, não justifica estarem os serviços médicos também dispersos. Para diminuir a mortalidade, e terem um atendimento adequado à saúde, é imprescindível uma assistência sistemática e contínua, por parte de enfermeiros e médicos.

A mortalidade entre eles, é causada principalmente pela malária (*Plasmodium Falciparum* e *Vivax*), e já que é endêmica, medidas deverão ser tomadas, na forma de uma campanha de medicina preventiva, para resguardar a vida dos Índios. O maior índice malarígeno, é encontrado entre os Alantesu e Hahaintesu. Também a pneumonia, bronquite, desidratação, diarreia infecciosa e problemas renais, tem causado morte entre eles.

Quanto a vacinações, grande parte da população já recebeu a da tuberculose, sarampo, paralisia infantil, tétano, coqueluche e febre amarela. O desenvolvimento da medicina preventiva, conseguiu baixar um pouco o índice de mortalidade a partir de 1975, embora continue um nível que demanda maiores atenções.

O atendimento à saúde desenvolvido pela FUNAI na área, conta até o momento, com duas atendentes de enfermagem, que periodi-

PROCC. N.º	3163/81
PRO	2/6
PROV. N.º	1/11/81

camente se deslocam aos diferentes grupos. Duas enfermarias - residências foram construídas no final de 1980, na área Alantesu e Wasusu.

Em 1976, foi feito um acordo entre a FUNAI e a Missão Cristã Brasileira, para que os missionários prestassem atendimento médico ao grupo do Sararé (Katitauru), ficando a Funai, com os grupos localizados na região central do vale, ou seja, os Wasusu, Alantesu, Waiksu/Alakatesu, e Hahaintesu. Pelo fato de os missionários não ficarem permanentemente junto ao grupo, desenvolvendo um trabalho assistencial, também em caráter esporádico, o índice de mortalidade, tem se mostrado mais elevado no Sararé, que entre os outros grupos.

A mortalidade infantil tem apresentado também um nível elevado entre os Manairisu, o que deve ser devidamente sanado. Uma maior assistência médica em muito reduziria a mortalidade geral e em especial a infantil.

A medicina preventiva, promovendo vacinações e imunizações, o suprimento alimentar às gestantes, nutrientes e crianças, já previstos na programação da FUNAI, serão de grande valia para a comunidade. Também a infra-estrutura material como a construção de enfermarias junto a cada grupo, contendo equipamentos como eletrocardiôgrafos, aparelhos de pressão e microscópios, possibilitarão melhoria às condições de saúde do grupo. Tais equipamentos são indispensáveis para a área dos Alantesu e Wasusu, por apresentarem maior incidência da malária, podendo ser identificadas as duas existentes (vivax e falciparum), tornando possível o tratamento respectivo.

O aumento do pessoal de atendimento médico, lotando uma auxiliar de enfermagem para cada grupo, possibilitaria aos índios o atendimento imediato de que precisam. Para o grupo do Sararé que se encontra mais distanciado, seria necessário, além da construção de uma enfermaria e de uma enfermeira permanentemente junto a eles, meios de comunicação (rádio), e de transporte, para serem atendidas suas necessidades em relação à saúde.

VIII - ASPECTOS EDUCACIONAIS

Não há educação formal entre os Manairisu, recebendo as crianças a devida instrução por parte dos pais, o que é feito com especial dedicação. Mantém um contato permanente com elementos

MINISTERIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

IND. N.º	3167/81
M.S.	47
PAIS	Burkina Faso

da sociedade nacional, e poucos elementos sabem algumas palavras em Português. O ensino bilíngue é importante para darem a eles o instrumental necessário para enfrentarem o processo do contato interétnico. A aquisição de conhecimentos sobre o sistema monetário nacional, será também imprescindível à medida que aumentarem suas necessidades de comercialização, para não serem demasiadamente explorados. A programação da FUNAI prevê a construção de escolas e alfabetização bilíngue, para 1984. Para tanto, estudos deverão ser feitos, para que o ensino possa ser adequado às necessidades e hábitos do grupo.

IX - PROPOSTA DE ÁREA

Os Nambikwara do Vale do Rio Guaporé ou Manairisu, correspondem a uma população de 199 pessoas, que se distribuem em cinco grupos:

- 1 - Hahaintesu (Qwalisatesu, Yotduñsu, Nantesu e Aikatesu) = 60
- 2 - Wasusu = 49
- 3 - Alantesu (Erihitaunsu e Alantesu) = 31
- 4 - Waiksu/Alakatesu = 20
- 5 - Sararé (Katitauru, Qwalisatsu e Waihlatsu) = 39

Apesar do contato secular com elementos da sociedade nacional, encontram-se atualmente em um estágio de precária deculturação. Resistiram a qualquer transformação de caráter mais acentuado em sua cultura, embora dependentes de uma assistência efetiva para conseguirem sobreviver às graves consequências do contato interétnico.

Devido à hostilidade generalizada entre os grupos Manairisu, cada deles possui locais de acesso independentes, estando a área compreendida entre o rio Piolho e o rio Sararé naturalmente dividida entre si. A imemorialidade da ocupação das cabeceiras e matas dos rios Sararé, Galera, Piolho e outros afluentes do Guaporé pelos Manairisu, é comprovada por fontes históricas a partir de 1723.

São dispersos, vivendo em pequenas aldeias temporárias, ocorrendo uma grande mobilidade entre eles, ocasionada por sua organização sócio-político, quando, facções em conflito se separam e deslocam para outras áreas, fundando novas aldeias. Também a prática da agricultura em regime de rotatividade periódica, e necessidade de renovação do potencial de fauna e flora, são fatores que determinam o

padrão de uso da terra em caráter semi-sedentário.

As atividades de subsistência praticadas pelos diferentes núcleos populacionais, exigem áreas extensas, porque grande parte dos produtos consumidos, são provenientes de recursos de caça, pesca e coleta. São adaptados à região onde existe predominância de matas com alguns trechos de cerrado. Constroem as aldeias no campo, mas a agricultura, caça, e a coleta são desenvolvidas predominantemente em matas. Mantém um perfeito equilíbrio ecológico, mudando-se quando os recursos locais estejam escassos, e retornando somente quando tenham sido renovados.

Recorrendo a aspectos mágicos e religiosos do grupo e sua ligação a determinados sítios, temos a crença em uma vida após a morte semelhante à material, que é compartilhada com todas aquelas que foram enterrados no mesmo local. Enterrar um índio em território não tradicional, é privá-lo do convívio com os de seu grupo. Após a morte, o espírito é encaminhado às cavernas sagradas, onde é moradia dos espíritos ancestrais. A preservação das mesmas é portanto vital para a manutenção de suas crenças religiosas. Cada sub-grupo Manairisu, possui sua respectiva gruta sagrada, estando as mesmas localizadas ao longo das encostas da Serra.

Além da hostilidade existente entre os vários núcleos populacionais, são feitas alianças, pela necessidade de realização de casamentos, troca de produtos e visitas a parentes. A movimentação entre as diferentes aldeias é portanto, fundamental para manutenção de seus padrões culturais. Se a mesma fosse impedida ou dificultada, prejudicaria a própria sobrevivência dos grupos em termos reprodutivos pois o número reduzido de elementos de uma aldeia e a falta de mulheres, leva à procura de esposas em outras aldeias. A troca de produtos é também importante, na medida em que na região existem manchas esparsas de determinados produtos (pequi, taquara, bambu, babaçú, etc). As visitas a parentes são também fatores de aproximação entre os grupos.

O padrão de povoamento é caracterizado por pequenas aldeias distanciadas, que deriva da hostilidade existente, e necessidade de diminuir as possibilidades de conflito aberto.

Em 1960, quando da abertura da BR-364 que liga Cuiabá a Porto Velho, os Manairisu tiveram seu território invadido e devastados para implantação de pastagens e exploração de madeira. As con-

PRON. N.º 3167/81
49
Mubona

seqüências desse processo, foi a minimização de seus recursos naturais, e o comprometimento progressivo de suas possibilidades de sobrevivência.

Decorrente dessa expropriação, a política indigenista efetivada entre os índios do vale do rio Guaporé, vem se caracterizando por uma série de medidas que não atenderam às necessidades indígenas:

1º - As transferências dos grupos Alantesu e Wasusu em 1973, para área da Reserva Indígena Nambikwara criada em 1968, e dos Hahaintesu e Waiksu para a área interditada em 1974, na região do rio Sararé.

Estas providências derrespeitaram as variações de ordem cultural e de adaptação ecológica entre os Nambikwara e também a legislação vigente, uma vez que o desenvolvimento e a segurança nacional não estavam envolvidas. (Art. 20, Lei 6.001, e Art. 12 do Decreto nº 38.824 de 14.07.66, que promulga a Convenção 107 sobre populações indígenas).

2º - As pequenas áreas demarcadas para os grupos Alantesu, Wasusu e Hahaintesu, também desconsiderou totalmente os padrões culturais do grupo, sua adaptação ecológica, e a legislação existente a respeito de comunidades indígenas.

Essas áreas fragmentadas excluíram trechos indispensáveis à sua sobrevivência, onde desenvolvem as atividades de caça, pesca e coleta, e se fossem impelidos a se restringirem a essas pequenas áreas, em pouco tempo, estariam em terras ecológicamente esgotadas, e seu sistema econômico seria destruído.

As áreas independentes não atendem também à sua organização social, pois liberando trechos entre as ilhas demarcadas à atividades econômicas da sociedade envolvente, criaria obstáculos ao relacionamento social dos grupos que é à base de conflitos e alianças. São potencialmente hostis mas há necessidade de reaproximação para realização de casamentos, troca de produtos e visitas a parentes. As áreas independentes dificultariam a movimentação entre as aldeias, comprometendo a própria reprodução dos grupos, considerando suas necessidades de procurar esposa em outras aldeias, e a importância das trocas intertribais para sua sobrevivência. Essas áreas aumentam a extensão de seus limites, acrescentando os pontos de contato com a sociedade envolvente, ampliando possibilidades de contágio de doenças e o esgotamento ecológico dos mesmos, causaria um declínio na dieta alimentar, levando à subnutrição. Também a exclusão das cavernas sagradas, poderia impedir suas práticas religiosas.

Nº 31637
30
Hilma

Da legislação que assegura o território que efetivamente ocupam comunidades indígenas, de acordo com seus padrões culturais temos: Lei 6.0 Artigo 23, Art. 2º - VI, Artigo 25 e Decreto nº 58.824 de 14.07.66 que promulga a Convenção nº 107, Art. 4º, alínea "a".

Na presente proposta de área para os Manairisu, este GT procura considerar ainda os seguintes questões:

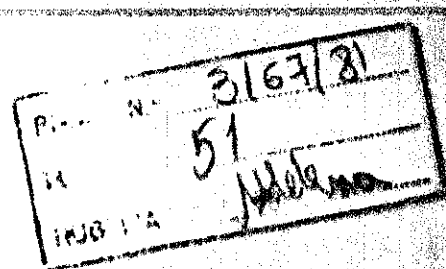
- 1 - Sua adaptação ao meio ambiente, e necessidade de preservação de áreas existentes natas, que são essenciais ao desempenho de suas atividades de subsistência.
- 2 - Necessidade de preservação de suas áreas vitais de caça, pesca e coleta, sítios arqueológicos que são sagrados para os grupos.
- 3 - Necessidade de uma área, cuja extensão, seja adequada a seu padrão de povoamento, possibilitando deslocamentos periódicos determinados pelo esgotamento e lógica das áreas para seu restabelecimento (terra, fauna e flora) e deslocamento de facções dissidentes.
- 4 - Necessidade de preservar seu sistema social, não afetando o equilíbrio demográfico, o que seria inviável a partir de áreas fragmentadas, pois a penetração civilizada prejudicaria as relações de que dependem os casamentos, trocas e visitas, tendo que penetrar territórios não Índios. Isto simplificaría contatos frequentes com brancos, acarretando riscos de exploração e contágio.
- 5 - A realidade ecológica, econômica e legal instituída no vale do Guaporé, e poder a ela ligado.

A proposta apresentada compreende uma área contínua para os grupos Hahaintesu, Alantesu, Waiksu/Alakatesu e Wasusu, e uma área separada para os M taurilu (Sararé), uma vez que estes se acham geograficamente mais distanciados.

I - Área para os grupos Hahaintesu, Alantesu, Wasusu e Waiksu/Alakatesu.

Propõe-se uma estreita faixa de terras ao longo das encostas serra, partindo do rio Piolho até a área Wasusu, ligando as diminutas áreas de caça, e incluindo área para os Waiksu/Alakatesu, Aikatesu e Yotdamsu (Hahaintesu) que, não possuem uma definição de território por parte da Funai.

A referida proposta é área onde existe maior concentração de matas que são essenciais ao seu sistema adaptativo. A própria localização geográfica mitou as atividades das empresas agropecuárias e madeireiras no local. É onde encontra a maior concentração de caça, e possibilita aos Índios o domínio de centes de rios formadores do rio Guaporé, e domínio de suas cavernas sagradas.



Estas áreas propostas, entretanto, não atendem aos padrões culturais dos grupos mantidos na atualidade, pelas razões que se seguem:

- 1 - A implantação de pastagens, sedes, na área central entre a Chapada dos Parecis e rio Guaporé, por empresas agropecuárias que detêm poder político e econômico, tornou inviável uma proposta de área coerente com os padrões culturais dos grupos indígenas.
- 2 - Apesar das áreas demarcadas para si, e de outras que certamente serão administrativamente a eles destinadas, os Manairisu não as reconhecerão a médio prazo. Continuarão a atravessar sedes, pastagens, cercas, à procura dos recursos que ainda lhes resta. Toda a região entre os flancos da Chapada e o rio Guaporé continuará a ser reconhecida como seu território.
- 3 - Propõe-se apenas cerca de 1/5 da área que efetivamente ocupam, ficando excluídas aldeias antigas, locais de caça, pesca e coleta, e uma aldeia atual; a do Campo do Bolinha (Yotdunsu), já possuindo os mesmos moradia na sede do PI, tudo levando a crer que poderão se deslocar definitivamente, após garantido parte de seu território.
- 4 - A área dos Katitauru (Sararé), deveria ser ligada à dos grupos que estão mais ao norte, devido aos relacionamentos mantidos entre si (casamentos, trocas e visitas), e por suas áreas sagradas se encontram localizadas em área Wasusu.

Apesar das questões acima apresentadas, a área proposta assegura aos índios um mínimo indispensável à sua sobrevivência, preservando o imprescindível para a manutenção de suas práticas religiosas e de sua organização econômica e sócio-política, considerando ser uma área contínua onde estão inclusas suas cavernas sagradas, e suas áreas essenciais de caça, pesca e coleta.

2 - Área Katitauru (Sararé)

A área do Sararé fora alvo de uma interdição (Decreto nº 74.515 de 05/09/74), para efeito de transferência dos grupos Nambikwara do vale. A extensão era de 300.000 ha. Em 1977 o Decreto nº 79.095 de 05 de janeiro, desinterdita parte da área interditada em 1974, passando a uma extensão de 60.000 ha. Em novembro de 1977 é apresentada uma proposta de nova diminuição da área, e em 1979 uma outra mais condizente com as necessidades indígenas. Ambas não foram homologadas, permanecendo os Katitauru com a área de 60.000 ha decretada em 1977.

3/67/81
52
Mellera

MINISTERIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

Os grupos remanescentes da região do rio Sararé (Katitauru, Qwalitsu, Kwaliwaisu e Waihlatsu); estão inseridos no grupo Nambikwara do vale do rio Guaporé, apresentando a mesma organização social, política, econômica, língua e religião que já foram descritas no decorrer deste relatório. São 39 pessoas, que se acham distribuídas em 3 aldeias:

- Aldeia Sararé (rio Sararé)
- Aldeia do Capitão Américo e Capitão Tito (pista de pouso).
- Aldeia Atoleiro (córrego Atoleiro)

Também para os Katitauru (Sararé), não é apresentada uma proposta que inclua toda a extensão da área ocupada, mas um território que possa ser adequado à manutenção de seus padrões de uso da terra:

- 1 - Mobilidade e dispersão ocasionados por :
 - a) faccionalismo existente, gerando cisões e deslocamentos.
 - b) prática da agricultura em regime de rotação periódica.
 - c) renovação dos recursos de fauna e flora.

2 - Inclusão de suas áreas vitais de caça, pesca, coleta e moradia, que se encontram fora da área interdita:

- a - Tracado a Oeste
 - Aldeias Sararé
 - Aldeia Atoleiro
 - Aldeias do Capitão Américo e Capitão Tito
 - Ainda as roças das respectivas aldeias, e 2 acampamentos de caça.

- b - Tracado a Sudeste
 - Aldeia antiga onde permaneceram os Waiksu, quando de sua transferência em 75, podendo a mesma ser reconstruída quando ocorrerem cisões em outras aldeias, ou haja necessidade de renovação das aldeias atuais.

- Área de caça e coleta
- c - Tracado ao Norte
 - Aldeia antiga
 - Local onde buscam a taquara para flecha
 - Pontos de coleta e caça.

De acordo com o artigo 17 da Lei nº 6.001 as propostas de terras feitas por este GT, se incluem na categoria de terras ocupadas.

3167/81
53
MILKWA

Sobre as mesmas, foram estipuladas normas pela Exposição de Motivos Interministerial nº 0062 de 16 de junho de 1980.

" O direito dos silvícolas à posse permanente e ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e utilidades existentes na área tem sede Constitucional (Art. 198), não prevalecendo, contra esse direito, quaisquer títulos ou situações constituídas. Ademais, essas áreas, enquanto habitadas pelo grupo indígena, constituem bens inalienáveis da União, independendo o direito dos silvícolas de demarcação ou quaisquer outros atos ou providências administrativas, se bem que se ja de todo exigível suas demarcações, a fim de preservá-los contra invasões e melhor orientar as ações administrativas pertinentes".

" A par disso, nas terras de posse imemorial, são de nenhum efeito jurídico quaisquer títulos, posses, licenças de ocupação, aforamentos ou outros instrumentos dominiais incidentes nessas áreas, descabendo, aos que se encontrem em tais condições, ação judicial contra a União e a FUNAI, ou quaisquer indenizações, em decorrência da nulidade e da extinção das situações ilegítimamente constituídas. Cumpre evidenciar, todavia, a possibilidade de, em casos excepcionáísimos, virem a ser indenizados benfeitorias necessárias e úteis, desde que satisfatoriamente comprovada a boa fé do ocupante".

X - CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA BR-364

A BR-364 que liga Cuiabá a Porto Velho, construída em 1960, viabilizou a exploração econômica das terras do vale do rio Guaporé, por grandes empresas agropecuárias que contaram com incentivos governamentais. As áreas indígenas foram ocupadas, reduzidas e desfiguradas pela implantação de pastagens e exploração de madeira, tornando escassos seus recursos de caça, pesca e coleta. Os índios viram-se obrigados a se readaptarem, sem no entanto, terem condições concretas a nível mesmo de subsistência, pois o processo foi rápido e intenso, obedecendo à dinâmica da penetração dos empreendimentos capitalistas. Com isso, os índios passaram a depender de outras condições para sobreviverem, pois em nível crescente suas necessidades aumentam e diversificam-se.

Com a viabilização do novo traçado da BR, que cortará o território dos Nambikwara do vale do rio Guaporé, os problemas indígenas em muito serão acrescidos. A pavimentação desta variante, facilitará o acesso ao noroeste do País, aumentando o movimento do mercado regional, possibilitando o escoamento da produção do interior

MINISTERIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

F. N.º	3162/81
M.º	54
INSCRIÇÃO	Milena

para os grandes centros urbanos, sendo o canal por onde o interior receberá mercadorias industrializadas. Com a intensificação das relações comerciais, haverá uma crescente migração para aquela região, de pessoas vindas de outros locais do País, em busca de objetivos diversos, mas sobretudo em busca de melhores condições de vida.

Os Nambikwara do vale do Guaporé, apesar de terem passado por um intensivo e relativamente longo processo de relações interétnicas, que resultou prejudicial aos mesmos, encontram-se em um nível de integração à economia regional muito precário. Assim, os efeitos que essa variante causará sobre a realidade Nambikwara serão enormes, pois viabilizará novas transformações naquele universo, sem que para os Índios, haja condições imediatas de readaptação. Isso porque sua forma de vida prende-se às exigências de sua economia de subsistência, seu nível de deculturação tem um caráter peculiar, e o de integração à sociedade nacional, no presente é mínimo.

Com a efetivação desta variante que cortará o território Manairisu, beirando suas aldeias e cavernas sagradas, e das alterações que resultarão deste abrupto corte em seu universo, a FUNAI deverá levar a efeito uma ação indigenista capaz de evitar o pior para os Índios. Para tanto, deverá fazer cumprir a Lei 6.001, que em seu Art. 1º, prevê a a preservação da cultura indígena, e uma integração à Comunhão Nacional de maneira progressiva e harmoniosa. Ainda o Regimento Interno da FUNAI, Art. 2º que estipula entre suas finalidades. II - Defender e proteger o silvícola, sua cultura e seu patrimônio. Art. 3º que prescreve seus objetivos: III - Resguardar a aculturação espontânea do Índio, de forma a processar-se sua evolução sócio-econômica a salvo de mudanças bruscas. Também o Decreto nº 58.824 de 14.07.66, Art. 4º.

A variante, ao próprio indígena, não só violenta seu território, como representa algo capaz de colocar em risco vários aspectos de sua cultura, e até a sobrevivência de muitos Índios. Serão expostos a novas transformações e problemas, tais como o contágio de doenças, desestruturação sócio-econômica e mágico - religiosa, invasão e expropriação de seu território, e como consequência, maior escassez de seus recursos naturais. Como seu nível de integração à sociedade nacional é mínimo, e portanto não dispõem de condições imediatas para enfrentarem essas mudanças bruscas, é imprescindível que a FUNAI os instrumentalize para sobreviverem a esse impacto. Para tanto é fundamental a urgente promoção de estudos "in loco" por parte

55
Helena

MINISTERIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

de antropólogos, que verifiquem as possíveis conseqüências da vari-
ante sobre os grupos por ela atingidos, e proponham medidas de ação
a serem adotados pela FUNAI, que possam assegurar a sobrevivência
indígena.

Brasília, 20 de outubro de 1981.

Componentes do Grupo de Trabalho:

Maria Helena de Amorim
Maria Helena de Amorim
- Antropóloga - DID/DGPI

Reinaldo Florindo
Reinaldo Florindo
- Engº Agrimensor DDF/DGPI

Silbene de Almeida
- Chefe PI Manairisu

Ana Cecília A. Cardim
Ana Cecília A. Cardim
- Estagiária em antropologia
-DID/DGPI-

Hildegart Rick
Hildegart Maria de Castro Rick (coordenadora)
- Assistente DGPI -